

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Gislene Farias de Oliveira¹; Hermes Melo Teixeira Batista²; David de Oliveira Rufato³;
Thercia Lucena Grangeiro Maranhão⁴; Irineide Beserra Braga⁵; Jose Demontier Guedes⁶

Resumo

A questão do trânsito hoje é encarada como um problema social. A pressa e a aceleração a que estamos submetidos devido às novas tecnologias, tem impactado o nosso dia-a-dia e nossas atitudes frente ao trânsito. Essas tem sido pouco estudadas, embora a sociedade já demande por conhecimentos mais sistematizados nesta área. Há ainda muita ambivalência quanto a que é certo ou errado em termos de direitos e deveres de cada um e, quanto às regulamentações pertinentes. O presente estudo se propôs a uma revisão sistemática da literatura sobre Psicologia do Trânsito de 2004 a 2013. Envolveu 23 artigos, selecionados de maneira aleatória nas bases de dados Scielo, BVS e PubMed, utilizando-se as palavras-chave: psicologia do trânsito, violência no trânsito, condutores, direção perigosa, motoristas, motociclistas, volante. De uma maneira geral, os resultados foram dispostos em 4 categorias de assuntos tratados nos artigos selecionados: 1) Avaliação psicológica (8 artigos – 34,8%); 2) Violência no trânsito (2 artigos – 8,7%); 3) Políticas públicas (4 artigos – 17,4%); 4) Comportamento do condutor (9 artigos – 39,1%). Os estudos demonstraram que a produção científica na área da Psicologia do Trânsito no Brasil, ainda é bastante incipiente. Os resultados demonstraram a necessidade de fortalecimento de políticas públicas de trânsito. Também que é necessária a promoção de uma maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Psicólogo do Trânsito, através do compartilhamento de suas experiências em periódicos científicos. Dessa forma, colaborando para a atualização da temática e embasando a execução de políticas públicas para o setor. Também que há necessidade de fortalecimento de políticas públicas de trânsito. Para isso é imprescindível que os psicólogos se façam mais presentes na criação e fortalecimento de associações científicas e profissionais de Psicologia do trânsito, como importantes espaços de interlocução com a sociedade e o Governo Federal. Recomenda-se maior investimento em estudos sobre a validade preditiva dos testes psicológicos utilizados na habilitação de motoristas, de maneira que se possa estabelecer relações entre desempenhos nos testes e comportamento no trânsito.

Palavras-chave: Psicologia do trânsito, Violência no trânsito, Direção perigosa.

PSYCHOLOGY OF TRANSIT: A SYSTEMATIC REVIEW

Abstract

The traffic issue is seen today as a social problem. The rush and the acceleration which we are submitted due to new technologies has impacted our day-to-day and our attitudes towards traffic. These have been little studied, although the society now demands for more systematic knowledge in this area. There is still much ambivalence as to what is right or wrong in terms of rights and duties of each and, as the relevant regulations. This study proposes a systematic literature review of Traffic Psychology from 2004 to 2013. The present study involved 23 items, selected at random from Scielo, VHL and PubMed databases using the key words: Traffic psychology, traffic violence, conductors, reckless driving, drivers, motorcyclists, steering wheel. In general, the results were arranged in 4 categories of subjects treated in the selected articles: 1) Psychological Evaluation (8 articles - 34.8%); 2) Traffic Violence (2 articles - 8.7%); 3) Public Policy (4 articles - 17.4%); 4) Driver Behavior (9 items - 39.1%). Studies have shown that scientific production in the area of Traffic Psychology in Brazil is still incipient. The results demonstrated the need to strengthen public traffic policies. Also is required the promotion of greater

¹ Psicóloga. Doutora em Psicologia Social. Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: gislenefarias@gmail.com;

² Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (1997). Médico do Hospital Regional do Cariri. Título de Especialista em Anestesiologia pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia desde 2004. Mestrando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC. E-mail: hermesmelo@oi.com.br.

³ Graduado no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2011) e mestrando em Direito da Sociedade da Informação do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. E-mail: david.rufato@hotmail.com

⁴ Psicóloga, Graduada pela Faculdade de Ciências Humanas de Recife - ESUDA, Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, pela Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará. Aluna do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina do ABC, do curso de Mestrado em Ciências da Saúde. E-mail: thercia@leaosampaio.edu.br

⁵ Psicóloga pela Faculdade Leão Sampaio - CE. Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Unisaber – Goiás. E-mail: irineidebraga@msn.com

⁶ Pedagogo, Acadêmico de Psicologia. Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação. E-Mail: Proerddemontierguedes@Ig.Com.Br

visibility of the work undertaken by the Traffic Psychologist, through by share their experiences in scientific journals . Thus, collaborating to update the theme and reinforcing the implementation of public policies for the sector. Also to the need of strengthen public traffic policies. For this it is essential that psychologists be more presents at creation and strengthening of scientific associations and psychological professionals of traffic as important spaces for dialogue with society and the Federal Government. It is recommended greater investment in research on the predictive validity of psychological tests used in the qualification of drivers, so that one can establish relations between performances in tests and behavior in traffic.

Keywords: Traffic Psychology, Traffic Violence , Reckless Driving.

Introdução

A questão do trânsito hoje é encarada como um problema social. Há uma série de pessoas e veículos avançando nas mais diversas direções e sentidos, que vão e vem nem sempre amistosamente. A pressa e a aceleração a que estamos submetidos por conta das novas tecnologias, tem impulsionado um ritmo frenético ao nosso dia-a-dia.

No caso dos motoristas, estes necessitam que haja uma certa rapidez no tráfego, ao passo que os pedestres carecem exatamente do contrário para que possam andar e atravessar as ruas com segurança. Por outro lado, há o comerciante que também necessita de espaço para estacionamento em frente a seu estabelecimento. Portanto, na prática, a situação é muito mais complexa do que possa aparentar a primeira vista, pois os atores que delas participam e, seus interesses não são os mesmos, o que facilita que entrem necessariamente em conflito muitas vezes

Além disso, há as questões de percepção, que são variáveis conforme a situação e os interesses em cada momento. Por exemplo, uma pessoa quando está na condição de motorista, pode perceber o pedestre que caminha de forma mais vagarosa, como um estorvo no seu caminho. A situação pode se inverter, caso a pessoa esteja movimentando-se como pedestre. Neste caso, poderá perceber o carro como um atrapalho.

As atitudes frente ao trânsito tem sido pouco estudadas, embora a sociedade já demande por conhecimentos mais sistematizados nesta área. Há ainda muita ambivalência quanto ao que é certo ou errado quanto aos direitos e deveres de cada um e, quanto às garantias sobre o cumprimento ou não das regulamentações pertinentes.

Observa-se na prática, que muitas pessoas estão fazendo ou interpretando as regras conforme as suas conveniências e momentos.

Segundo Rozestraten (1986) e Ferreira e Menezes (2012), no Brasil, há muita contradição em relação ao trânsito. Este ainda é visto como algo genérico. Um carro que bate em algo é tratado como acidente, igualmente a um carro que bate em uma pessoa. Mas são situações muito diferentes.

A psicologia social do trânsito é relativamente nova, com cerca de 50 anos, e já demanda por uma série de questões implicadas, como por exemplo: o número de veículos que hoje trafega é absurdamente maior do que o que deveria, de forma a trafegar-se com segurança e conforto. Também há mais transeuntes e motoristas, já que a população tem aumentada a sua expectativa de vida de idade produtiva.

A psicologia do trânsito surgiu à partir de diversas pesquisas que impulsionaram esta área do conhecimento a tentar entender o conjunto dos deslocamentos dentro de um sistema regulamentado. A ideia inicial (ROZESTRATEN, 1986) era estudar o comportamento dos pedestres, motoristas, ciclistas e, num sentido mais amplo, envolver todos os atores do tráfego aéreo, marítimo, ferroviário e fluvial. Segundo Hoffmann e Cruz (2003) hoje estuda todos esses. De um modo mais geral, estuda o comportamento dos usuários nas rodovias e redes viárias urbanas, de maneira a que possa contribuir para melhorar as condições de segurança, minimizando os riscos de acidentes no trânsito e as possibilidades de ameaças a vida.

É uma área da psicologia, que possibilita uma interrelação com outras ciências, com o intuito de promover ações mais eficazes para a melhoria do desempenho e condutas nesse âmbito (HOFFMANN,2002).

Em termos epidemiológicos, é grande o número de mortes por acidentes no trânsito e, mais de 30% delas acometem pessoas entre 18 e 30 anos. O número de anos de vida útil das pessoas acidentadas no trânsito fica prejudicado, tendo em vista a série de sequelas causadas, minorando a qualidade de vida desses indivíduos. São geralmente pessoas jovens, que apesar de terem investido seu tempo no aprendizado acadêmico ou em um ofício, nem sempre poderão desfrutar deste investimento, às vezes por estupidez, outras vezes por desconhecimento, distração ou por conta da estupidez de terceiros.

Historicamente essa área da psicologia tem início em 1910, quando motoristas de bonde de Nova Iorque foram submetidos a testes de inteligência. Porém, seu crescimento no mundo teve maior repercussão nas décadas de 1950 e 1960, com a formação de diversos centros de pesquisas de comportamento no trânsito (ROZESTRATEN, 1988). No Brasil, a psicologia do trânsito ainda é um campo que avança com certa timidez (SILVA e DAGOSTIN, 2006), quando comparada a outros países.

Foi impulsionada pela aprovação do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) e, por um período de maior sensibilização da sociedade e discussões acerca de políticas públicas de saúde, segurança e educação relacionadas à circulação humana. Mesmo sendo uma área da psicologia, demandante de maiores conhecimentos, ainda não há uma grande quantidade de publicações sobre a temática. Partindo dessa afirmação, a presente pesquisa teve como objetivo a realização de uma revisão sistemática em torno da Psicologia do Trânsito, para conhecer acerca das reflexões sobre o tema em periódicos científicos brasileiros.

Dentro desse contexto torna-se justificável o presente estudo, pois revisões sistemáticas são importantes ferramentas que atualizam o panorama de uma área de interesse (MUGNAINI; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006).

Ante o exposto, nos indagamos: quais as questões debatidas na literatura dos últimos dez anos sobre Psicologia do Trânsito no Brasil?

O objetivo geral foi realizar uma Revisão Sistemática da Literatura sobre Psicologia do Trânsito, nos últimos 10 anos, especificamente no período de 2004 a 2013. Os objetivos específicos foram: a) Proceder uma busca de artigos sobre Temas pertinentes a psicologia do Trânsito nas bases de dados Scielo - Scientific Electronic Library Online; na BVS - Biblioteca Virtual em Saúde e, PUBMED - Centro Nacional para a Informação Biotecnológica; b) Categorizar os artigos segundo método de análise de conteúdo (BARDIN, 2002); c) Conhecer,

quais as principais questões discutidas nos periódicos científicos acerca da psicologia do Trânsito; d) Identificar quais as políticas públicas adotadas no Brasil, para o enfrentamento de questões relacionadas ao trânsito.

Método

O presente estudo propôs-se a uma de revisão sistemática da literatura, na última década, mais precisamente de 2004-2013. Este método é uma maneira de realizar revisão, de forma planejada, seguindo normativas e critérios estabelecidos nas publicações específicas, a respeito do assunto, a saber: Cochrane Handbook (CLARKE e OXMAN, 2000), e CDR Report (KHAN, TER RIET, GLANVILLE, SOWDEN, KLEIJNEN, 2000). No caso da primeira, há uma recomendação sobre as etapas a se seguir: 1) Uma pergunta de partida que guiará todo o acesso aos estudos, e norteará as conclusões; 2) A maneira como serão selecionadas as fontes para o estudo; 3) Uma análise mais detalhada e crítica dos artigos que forem selecionados, à partir da triagem do material por palavras-chave; 4) Análise das informações, em conformidade com os objetivos propostos; 5) Interpretação relativa aos aspectos relacionados com os objetivos; 6) Atualização da temática, proporcionando novas críticas ou sugestões, como forma de contribuir com estudos subsequentes, atualizando a temática em questão.

A orientação de Cook, Mulrow e Haynes (1997), é que, uma revisão sistemática precisa ser específica, criteriosa, reproduzível e baseada em resultados de pesquisas.

A pergunta de partida utilizada no presente estudo foi: Como vem sendo tratada na literatura a Psicologia do Trânsito?

Para localização dos artigos sobre o Psicologia do Trânsito, inicialmente utilizou-se a triagem pelos títulos e resumos que contivessem as palavras-chave: psicologia do trânsito, violência no trânsito, condutores, direção perigosa, motoristas, motociclistas, volante. A escolha dos bancos de dados eletrônicos se deu, por se tratar dos mais utilizados e conhecidos no Brasil.

O Scielo - Scientific Electronic Library Online, é uma base de dados virtual desenvolvida pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. Atua em parceria com o BIREME - Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Eles abrigam periódicos científicos brasileiros de alta qualidade, segundo o CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Possuem uma metodologia semelhante de armazenamento da informação científica, em formato eletrônico. São duas importantes referências que configuram-se como um rico acervo, permitindo observações e análises da situação da Psicologia do Trânsito, no período de tempo descrito neste estudo, além de uma maior compreensão dos sub-temas mais discutidos.

O PubMed é uma outra base de dados utilizada para artigos científicos, que conta com mais de 17 milhões de artigos. É coordenada pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos da América (National Library of Medicine). Trata-se de uma versão gratuita da Medline (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), uma base de dados da Biblioteca Nacional de Medicina americana - *US National Library of Medicine's*. Abriga

mais de 18 milhões de títulos de jornais científicos, com uma maior concentração em biomedicina, contendo ainda artigos sobre enfermagem, odontologia, veterinária, psicologia, dentre outros

Os artigos para este estudo, foram selecionados de maneira aleatória, isto é, à medida em que foram aparecendo na busca eletrônica, quando da utilização das palavras-chave.

Após a escolha dos artigos, procedeu-se adicionalmente, uma Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2002), de forma a categorizar os artigos e dar um sentido ao material, agrupando-os por semelhança dos principais temas tratados dentro do tema maior proposto.

Conforme recomenda a literatura, inicialmente foi feita uma leitura flutuante para, posteriormente, fazer-se uma leitura mais minuciosa, a qual permitisse uma melhor compreensão das informações. Posteriormente procedeu-se a separação dos textos em categorias.

Segundo Vala (1986), a análise de conteúdos é uma técnica que tem se constituído numa das mais comuns em pesquisas empíricas, principalmente quando o assunto tratado, diz respeito às áreas humanas, sociais ou da saúde. A mesma permite inferências sobre a organização do pensamento, através dos discursos. Bardin (2002), referindo-se à análise de conteúdo, orienta que a mesma trata-se de um conjunto de técnicas utilizadas para uma análise sistemática das comunicações. A ideia é obter-se indicadores que ajudem a interpretação dos conhecimentos das mensagens.

Neste estudo, a análise do conteúdo, foi feita inicialmente por títulos e/ou frases nos artigos. Foram também consideradas as citações nos textos, porque representam uma escolha dos autores quando da fundamentação dos seus discursos.

Os critérios de inclusão utilizados foram os seguintes: a) artigos completos e originais; b) revisões de literatura, estudos transversais, pesquisa de campo exploratória e estudos de coorte prospectivos e retrospectivos; c) artigos em língua portuguesa; d) artigos que continham uma ou mais das palavras-chave no título ou no resumo; e) Estudos à partir de 2004.

Critérios de exclusão: a) estudos feitos com animais; b) estudos anteriores a 2004; c) editoriais e cartas ao editor; d) relatos de casos, séries de casos, de caso-controle; e) estudos de revisão que tenham dado ênfase a outros assuntos.

Foram encontrados 52 artigos, dos quais 23 foram selecionados para compor a presente revisão, por enquadrar-se nos critérios de inclusão.

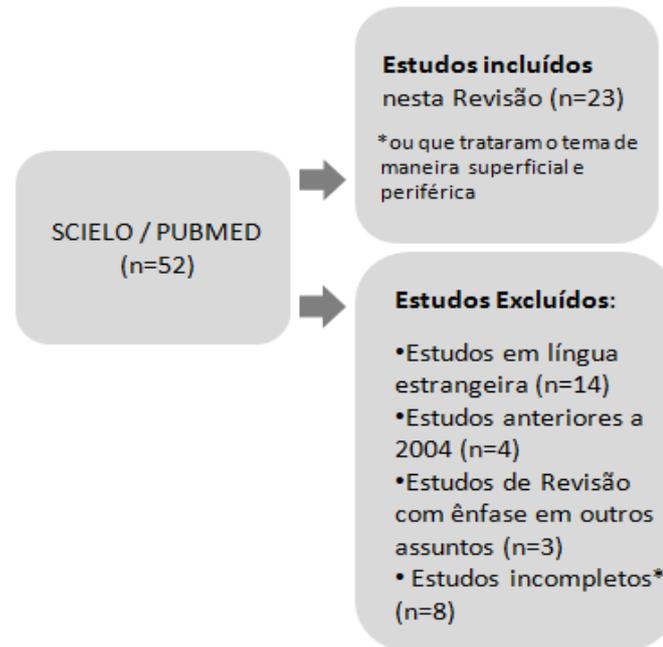


Figura 1: Fluxograma demonstrativo da seleção dos estudos

A tabela 1, apresenta a lista dos 23 artigos considerados, à partir da triagem pelos critérios de inclusão e exclusão.

Tabela 1 – Artigos selecionados para este estudo (2014)

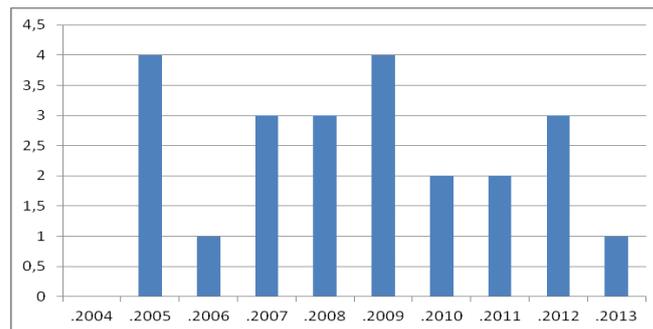
Artigos	Categorias
1 – SILVA e ALCHIERI, 2010 .	1
2 – SAMPAIO e NAKANO, 2011 .	1
3 – LAMOUNIER e RUEDA, 2005 .	1
4 - MARIN RUEDA e LAMOUNIER, 2006 .	1
5 - BALBINOT, , 2011.	1
6 - SAMPAIO, 2012.	1
7 - SILVA, e. ALCHIERI, 2007.	1
8 - MARIN RUEDA e LAMOUNIER, 2005.	1
9 - GOUVEIA, 2008 .	2
10 - ALVES JÚNIOR, 2010	2
11 – NASCIMENTO e GARCIA, 2009 .	3
12 - SILVA, 2012 .	3
13 - MAIDAME, 2009.	3
14 - SILVA, e; GÜNTER, 2009. .	3
15 - FARIAS, ; LEMOS, 2008.	4
16 - BEIL, 2007.	4
17 - THIELEN, 2007 .	4
18 - DIAS, 2013	4
19 - MENDES, 2005.	4
20 - HOFFMANN, 2005.	4
21 - RAAD; CARDOZO; NASCIMENTO e ALVES, 2008.	4
22 - VEIGA; PASQUALI e SILVA, 2009.	4
23 - FERREIRA e MENESES, 2012.	4

Resultados e Discussão

Análise das informações e Categorias eliciadas

Dos 23 artigos selecionados, quatro artigos foram de 2005, um do ano de 2006, três do ano de 2007; três do ano de 2008; quatro do ano de 2009, dois do ano de 2010, dois do ano de 2011, três do ano de 2012 e um do ano de 2013, o que mostra uma relativa e constante distribuição ao longo dos anos. Observe-se o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Gráfico da distribuição dos artigos selecionados por ano.



Percebe-se uma distribuição relativamente constante, observando-se uma lacuna de publicações nos anos de 2004, 2006 e 2013, havendo uma maior concentração de trabalhos em 2005 e 2009.

Witter (2006) considera importante, levar-se em conta, algumas questões referentes às pesquisas de revisão, destacando algumas variáveis de interesse a serem analisadas, a saber: autoria, tipo de estudo, método e, instrumentos utilizados na coleta de dados, dentre outras informações.

Com relação à autoria dos artigos pesquisados percebeu-se pouca variabilidade, sendo observado na tabela 2, os artigos com um ou com dois autores os de maior frequência. Houveram quatro trabalhos com mais de três autores.

Witter (2006) considera a presença de artigos com múltipla autoria aceitável, pois tendem a promover associações de ideias entre os pesquisadores, num mesmo trabalho.

Tabela 2 – Quantidade de autores nos artigos selecionados (2014).

Quantidade de Autores	F	%
1	10	43,6
2	9	39,2
3	1	4,3
4	1	4,3
5	1	4,3
6	1	4,3
Total	23	100,0

Os resultados corroboram estudos de CARDOSO, SANTOS e SANTOS (2011), que também encontraram resultados semelhantes em termos de autores em revisão realizada em três bases de dados, a saber: Scielo, Redalyc e Pepsic.

Os assuntos discutidos foram agrupados em 4 categorias: 1 - Avaliação psicológica (8 artigos – 34,8%); 2 – Violência no trânsito (2 artigos – 8,7%); 3 – Políticas públicas (4 artigos – 17,4%); 4 – Comportamento do condutor (9 artigos – 39,1%).

As categorias foram inspiradas no Relatório do Seminário sobre psicologia do trânsito: em trânsito pelo Brasil. São Paulo, do Conselho Federal de Psicologia, lançado em 2012. Nele são descritos uma série de dificuldades e temáticas mais debatidas no seminário sobre a Psicologia do Trânsito no Brasil.

Categoria 1 – Avaliação psicológica

Nesta categoria foram enquadrados os artigos que trataram sobre aspectos relativos à avaliação psicológica. Por avaliação psicológica, neste trabalho, entenda-se assuntos que digam respeito a um procedimento de levantamento de informações a respeito de uma pessoa, cujo propósito é a tomada de decisão. No caso particular da avaliação psicológica de que trata o presente estudo, podem ser avaliadas características como inteligência, interesses, personalidade, dentre outras utilizadas na psicologia do trânsito. Trata-se de um processo maior de coleta de informações sobre o condutor de veículos, onde a utilização de instrumentos como escalas, testes e inventários são apenas uma das possibilidades.

A tabela 3, apresenta um resumo das características dos estudos selecionados para a Categoria 1.

Tabela 3 – Artigos da Categoria 1 – Avaliação psicológica (2014)

Autor / Tema	Periódico/ ano	Tipo de Estudo	Amostra	Resultados
SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e; ALCHIERI, João Carlos. Validade preditiva de instrumentos psicológicos usados na avaliação psicológica de condutores.	Psic.: Teor. e Pesq, 2010	Exploratório Descritivo	68 condutores que exercem atividade remunerada	Analisou a possibilidade de se prever infrações de trânsito pelos motoristas profissionais, partindo-se dos resultados de testes psicológicos que são aplicados no processo de habilitação. Resultou que altos ou baixos escores em todos os instrumentos utilizados não demonstraram ser critério capaz de prever se um motorista cometerá atos infracionais
SAMPAIO, Maria Helena de Lemos; NAKANO, Tatiana de Cássia. Avaliação psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileiras.	Psicol. teor. prat. 2011	Revisão da literatura	22 artigos e 38 resumos	Levantamento de artigos em periódicos sobre a temática. Resultados demonstraram um aumento no interesse pela área. Prevalência de estudos empíricos, focados na investigação da personalidade e atenção, fazendo uso de grande número de instrumentos (n = 24), maior parte não específicos para o contexto do trânsito.
LAMOUNIER, Rossana; RUEDA,	Psic, 2005	Exploratório	783 sujeitos	Verificar se os candidatos à obtenção da CNH e os condutores habilitados consideram a avaliação psicológica

Fabián Javier Marín. Avaliação psicológica no trânsito: perspectiva dos motoristas.		Descritivo		importante, se auxiliaria a identificar fatores de risco para acidentes e, se é importante a maior periodicidade. Os resultados evidenciaram altas porcentagens de respostas afirmativas nas três questões estudadas.
MARIN RUEDA, Fabián Javier; LAMOUNIER, Rossana. O Psicodiagnóstico Miocinético em motoristas: diferenças por gênero, escolaridade e idade.	Aval. psicol. 2006	Exploratório Descritivo	126 candidatos	O objetivo foi verificar diferenças no PMK em um grupo de candidatos a obtenção da CNH quanto ao gênero, escolaridade e idade. 50% eram homens. Resultados: Os homens tendem mais à intratensão controlada, enquanto as mulheres, tendem reacionalmente a dirigir voltadas ao ambiente. No que se refere às análises em função da idade, todos os participantes apresentaram uma tendência à internalização das emoções e menor emotividade endógena.
BALBINOT, Amanda Bifano. Desenvolvimento e aplicação de um método de avaliação do comportamento de risco em condutores.	UFRS 2011	Exploratório Descritivo	42 participantes	Ocorrência de comportamento de risco em condutores da categoria B em Porto Alegre-RS. Comportamentos de risco observados estão de acordo com os já descritos na literatura.
SAMPAIO, Maria Helena de Lemos. Avaliação psicológica no Trânsito: análise de desempenho de motoristas infratores, não infratores e envolvidos em acidentes.	UCC 2012	Exploratório Descritivo	319 participantes	Influência das variáveis de gênero, escolaridade e faixa etária no desempenho dos condutores. Tal influência não foi confirmada significativamente em nenhuma das medidas. Houve influência da faixa etária no exame palográfico ($F=1,85$; $p \leq 0,001$)
SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e. ALCHIERI, João Carlos. Avaliação psicológica da personalidade de condutores: uma revisão de literatura.	Psico-USF 2007	Revisão da literatura	15 artigos empíricos	Revisar os estudos brasileiros sobre avaliação psicológica de características da personalidade utilizados nos processos avaliativos de condutores. Conclui-se que as pesquisas sobre personalidade de motoristas são escassas e restritas nos seus resultados com base na generalização, sem resultados conclusivos.
MARIN RUEDA, Fabián Javier; LAMOUNIER, Rossana. Avaliação psicológica com o PMK no contexto do trânsito.	Psicologia: Pesquisa & Trânsito, 2005	Exploratório Descritivo	110 candidatos à obtenção da CNH	Comparar as avaliações realizadas no PMK por dois peritos e características de personalidade que diferenciem os candidatos aptos e inaptos na Avaliação Psicológica Pericial. Resultados: 64,5% foram considerados aptos para a função de motorista e 35,5% inaptos. Houve uma grande concordância entre os pareceres dados, assim como correlações altas e significativas na mensuração dos traços avaliados. Os candidatos considerados inaptos mostraram-se mais submissos, passivos e com dificuldade de tomar decisões.

Oito artigos compuseram esta categoria 1 que versou sobre avaliação psicológica. Trata-se de um dos temas relativamente bem examinados na literatura, no nosso estudo foram 34,8% dos artigos selecionados.

A avaliação psicológica no contexto do trânsito, tem sido discutida tendo em vista a crescente necessidade de se definir e redefinir os instrumentos e procedimentos empregados na avaliação de candidatos a condutores de veículos.

A Psicologia do Trânsito tem sido reconhecida socialmente, apesar dos embates sobre a metodologia de avaliação que vem sendo empregada. Conforme Gouveia et al. (2002), as discussões referem-se principalmente à

questões sobre a validade dos testes psicológicos e à capacitação dos psicólogos em avaliar o perfil dos futuros motoristas. Os autores levantam as seguintes questões:

Os psicólogos estão realmente aptos para avaliar o candidato a condutor e prever seus possíveis comportamentos em situações reais de trânsito? Os testes aplicados atendem às exigências da medida, isto é, apresentam parâmetros psicométricos aceitáveis de validade e precisão? Tal processo de avaliação é realmente necessário para aquisição da carteira de habilitação? (GOUVEIA et al., 2002, p. 50).

Tais questões estão de acordo com o que preconiza a resolução nº 012/2000, do Conselho Federal de Psicologia, como uma forma de sistematizar um perfil do condutor que é submetido à avaliação pericial, onde se recomenda ao psicólogo selecionar, dentre os vários testes disponíveis, aqueles julgados mais adequados, desde que atendam os critérios científicos e psicométricos que garantem sua validade e precisão.

Os estudos observados demonstraram ser quase inexistente a probabilidade de previsão de ocorrência de futura de infrações, partindo-se da lógica dos resultados de testes psicológicos, mesmo aceitando que os resultados encontrados, têm um poder limitado de generalização. Portanto, muitos aspectos psicológicos, quando comparados às infrações de trânsito tendem a uma não correlação. Também porque há inúmeras falhas na qualidade dos dados provenientes dos órgãos oficiais e dos peritos nem sempre capacitados especificamente para as questões do trânsito (SILVA e ALCHIERI, 2010).

Outra questão abordada foi sobre comportamento delitivo no trânsito e personalidade. Bartholomeu (2008), não encontrou fortes evidências comparando comportamento de risco e fatores da personalidade. Observou que a situação de trânsito induz a comportamentos inesperados, não se associando às características mais estáveis das pessoas. Portanto, diferentes tipos de infração, tais como conduzir veículo sem levar consigo o documento obrigatório de habilitação, dirigir em velocidade excessiva ou estacionar em local proibido, são comportamentos que podem estar associados a diversos aspectos psicológicos. O Brasil é um país em que há a obrigatoriedade da avaliação psicológica para dirigir. Porém, poucos foram os estudos anteriormente realizados, relacionando os testes psicológicos a segurança no trânsito (ÁVILA E BENCZIK, 2005; LAMOUNIER e RUEDA, 2005; LAMOUNIER e VILLEMOR-AMARAL, 2006).

Investir pois, em estudos nesta temática, parece ser essencial na identificação de relações entre comportamento delitivo no trânsito e personalidade, de forma a agregar alguma contribuição na promoção da segurança no trânsito.

Categoria 2 – Violência no trânsito

Tabela 4 – Artigos da Categoria 2 – Violência no trânsito (2014)

Autor / Tema	Período/ Ano	Tipo de Estudo	Amostra	Resultados
GOUVEIA, Valdiney V. et al. Cenários da	Psicol. Estud	Exploratório	389 estudan-tes	Conhecer a percepção que as pessoas têm de um motorista agressivo e as causas atribuídas ao seu comportamento. Os

agressão no trânsito: a percepção que as pessoas têm de um motorista agressivo.	2008	Descritivo		resultados indicaram o motorista agressor percebido como pessoa de mais rusticidade do que delicadeza e urbanidade; Os respondentes com maior pontuação em agressão verbal e agressão física tenderam a minimizar a conotação negativa do comportamento do motorista agressor.
ALVES JÚNIOR, Dirceu Rodrigues. Fúria no trânsito. Diagn Tratamento.	Diagn Tratamento 2010	Revisão	Literatura especializada	Falta tempo e profundidade na avaliação dos candidatos a motorista pelo serviço de psicologia; Motoristas com distúrbios incompatíveis com a direção veicular não conseguem se sociabilizar no trânsito, desestabilizando a harmonia e a gentileza e generosidade necessárias.

A violência e os acidentes no trânsito, bem como as variáveis que os circundam, a saber comportamento humano, uso do álcool e drogas, engenharia de tráfego, uso das novas tecnologias, entre outras, têm sido alvo de grande preocupação social. As modificações do novo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, foram uma forma do Governo de enfrentamento do problema com as estatísticas do trânsito no Brasil. A nova lei já prevê punições bem mais severas para os infratores, tais como multas mais elevadas, perda provisória da habilitação e a criação de mecanismos jurídicos para coibir através de punição os crimes de trânsito, isto é, morte por acidente (CALDAS, 1998).

Talvez um dos grandes desafios na área de trânsito, até o aniversário do centenário da regulamentação da Psicologia no Brasil, seja justamente aprimorar a atuação profissional incorporando esses ou outros modelos, embasando cientificamente a execução, o acompanhamento, a avaliação ou a elaboração de políticas públicas de trânsito com base na Psicologia, a fim de intervir com qualidade junto ao comportamento dos usuários do trânsito e do transporte.

Os temas envolvendo agressividade e violência no trânsito, este último como um fenômeno mais coletivo, tem ocupado pesquisas em diversos países (HENNESSY e WIESENTHAL, 2001; PARKER, LAJUNEN e SUMMALA, 2002; MILES e JOHNSON, 2003; ROZESTRATEN, 2003). Tem sido estudado, particularmente sobre os acidentes no trânsito, a exemplo da revisão realizada por Rozestraten em 1988. O autor observou que, dentre os fatores humanos que implicam em acidentes, estão a forma agressiva de conduzir o veículo e, as brigas entre casais. Há uma maior tendência agressiva nos homens (LAHEY et al., 2000; UZZELL e MUCKLE, 2005) como fator predisponente a se envolverem em acidentes de trânsito, mais que as mulheres. Mesmo assim, não é somente o sexo a variável que predispõe a uma maior velocidade e a acidentes de trânsito. A idade se mostrou variável predisponente a acidentes no trânsito (FILDES, RUMBOLD e LEENING, 1991; UZZELL e MUCKLE, 2005), havendo também uma relação direta entre o ano do veículo e a velocidade de condução do mesmo.

Em termos do juízo que fazem as pessoas sobre acidentes de trânsito e fatores envolvidos, Gabany, Plummer e Grigg (1997) estudaram como diferentes grupos percebem a velocidade e a violência no trânsito. Neste sentido, os autores constataram que a gratificação do ego, que a velocidade proporciona, foi a mais indicada pelos sujeitos do sexo masculino. Os mais jovens mostraram maior tendência a assumir riscos, como principal causa de violência no trânsito. As mulheres indicaram a pressa como o fator mais predisponente a violência no trânsito.

Dados da literatura científica dão conta de que a medicina ortopédica já discute sub-especialidades em trauma, devido a uma demanda crescente de acidentes de trânsito (DAVID, 2004); o SUS (Sistema Único de

Saúde) tem gasto mais com traumas do que com doenças (ONCKEN, 2004); -os acidentes no trânsito chegam a US\$ 8 bilhões por ano no mundo. No Brasil este valor chega a R\$ 3,6 bilhões (dados de abril de 2003) segundo pesquisa realizada pelo IPEA (IPEA, 2003) sob a denominação "Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas". Tal custo é determinado com base no tratamento e nas reabilitações das vítimas, recuperação; reposição dos bens materiais danificados; custo administrativo dos serviços públicos utilizados, além de perdas econômicas e previdenciárias.

Montal (2001) estimou que, nos últimos 20 anos, cerca de 12 milhões de pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito. Ainda, 250 milhões sofreram dos mais variados tipos de ferimentos. Tudo isso tem um forte impacto financeiro na saúde pública.

Só no ano de 2003, o Ministério da Saúde do Brasil (2001) notificou cerca de 30.567 mortes de pessoas que foram vítimas da violência no trânsito.

Em resumo, as situações no trânsito envolvem diversas variáveis complexas, tais como características e estado do veículo, condições nas estradas, variáveis do próprio motorista (MARÍN e QUEIROZ, 2000), alguns deles, inclusive interagindo em si. Os resultados, muitas vezes, são expressos através de ações agressivas, que implicam em reações semelhantes. Os cenários no trânsito têm significados culturalmente diversos para os indivíduos, que formam juízos com base nos seus próprios paradigmas.

Os artigos neste estudo, são unânimes em ponderar por um trabalho educativo e preventivo, que seja voltado para as vítimas de violência no trânsito. Que a avaliação psicológica por si só, não tem condições de fazer uma previsão sobre quem irá ou não se expor a acidentes, já que estes são problemas pluridimensionais.

Uma vez que os artigos foram selecionados ao acaso, observou-se que, as questões relacionadas a violência no trânsito, ainda são muito incipiente diante da demanda. Dessa forma, parece assunto pouco discutido na literatura especializada, de uma maneira geral. Portanto trata-se de uma temática que deve ter mais estimulada a sua pesquisa, na academia.

Categoria 3 – Políticas públicas

Tabela 5 – Artigos da Categoria 3 – Políticas públicas (2014)

Autor / Tema	Período/Ano	Tipo de Estudo	Amostra	Resultados
NASCIMENTO, Andréa dos Santos; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Álcool e direção: uma questão na agenda política brasileira...	Psicol Soc 2009	Revisão	Literatura especializada	Objetivou a análise da associação do problema do álcool e direção. Entre as décadas de 1980 e 1990, eram menores as taxas de acidentes de trânsito versus óbitos. As duas últimas décadas do século XX, foram marcadas pela definição dos acidentes de trânsito como problema de saúde pública. Passou-se a discutir mais acidentes, violência e óbitos além da combinação álcool e direção.
SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e. A Psicologia do trânsito e os 50 anos de profissão no	Psicol. cienc. Prof 2012	Revisão	Literatura especializada	Teceu uma análise dos aspectos históricos da Psicologia do trânsito. Cita iniciativas como a melhoria nas oportunidades de formação profissional, através de cursos de perito e especializações na área. Informa como a Psicologia passou a influenciar em instâncias consultivas e

Brasil.				decisivas nas políticas de trânsito e, discute os esforços do Conselho Federal de psicologia para refletir como qualificar as ações dos profissionais na elaboração de referências técnicas.
MAIDAME, Márcio Manoel. O código de trânsito brasileiro à luz dos princípios do direito do sancionador.	Jus Navigandi, 2009	Revisão	Textos referentes ao Código de Trânsito Brasileiro	Demonstrou a utilidade de estudos das sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Discute os objetivos da legislação de trânsito, como a educação (CTB, art. 6º), e a eficácia das medidas punitivas.
SILVA, Fábio Henrique de Cristo e; GÜNTER, Hartmut. Psicologia do trânsito no Brasil: de onde veio e para onde vai?	Temas em Psicologia, 2009	Revisão	Literatura especializada	Aborda aspectos históricos da psicologia do trânsito no Brasil. Desde o desenvolvimento dos primeiros testes psicotécnicos. Sugere ao final, direções futuras de estudos e trabalhos nesta área do conhecimento, em face às novas oportunidades e desafios impostos pelo século XXI, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida urbana.

Nesta categoria foram enquadrados quatro artigos que se propuseram a discutir aspectos relacionados às políticas públicas vinculadas à Psicologia do Trânsito.

Os artigos, um pouco diversificados entre si, abordaram desde aspectos históricos desta temática, até as questões mais atuais.

Tão séria é a questão do trânsito no Brasil, e suas consequências em termos de sequelas, morbidade e mortalidade, que o Ministério da Saúde um assessoramento, ligado ao Grupo Técnico para Acidentes e Violências da Secretaria de Políticas de Saúde, com o objetivo de discutir uma política para prevenção e atenção a acidentes e violência no trânsito. Embora a saúde não seja a única responsável pelos problemas, diante dos risco de acidentes e violência, é para este setor que convergem os resultantes de tais eventos. A prevenção deve ser entendida em um conceito mais complexo e amplo, abrangendo a antecipação do evento, seqüelas e mortes, à partir de estatísticas e informações epidemiológicas.

Minayo e Souza (1999) nos informam sobre estratégias de trabalho propostas pelo Comitê Técnico Científico (CTC) do Ministério da Saúde, capazes de ter uma influência positiva nestes casos:

- a) dar um tom positivo ao projeto político de prevenção da violência e acidentes; b) valorizar e articular as iniciativas existentes e dispersas; c) articular a formulação de política e estratégias das ações, nos diferentes órgãos e setores do SUS; d) articular intersetorialmente e com os movimentos da sociedade organizada; e) manter cooperação técnica e científica com países que têm políticas pertinentes aos problemas aqui tratados; f) as ações compreenderão sensibilização, assistência e recuperação (p.9).

O plano de metas inicial contemplaria informação e vigilância epidemiológica; os acidentes de trânsito e transportes; o atendimento pré-hospitalar; os grupos populacionais, dentre os quais, crianças, jovens e adolescentes, mulheres e idosos; a recuperação e a reabilitação.

Também estariam em andamento, uma parceria com a divisão de saúde do trabalhador, onde seria também incluída a violência no ambiente laboral, como uma das metas do plano.

Outra reflexão importante seria a implantação de políticas públicas voltadas, principalmente para a revitalização dos transportes coletivos, conscientizando a população de sua economia e fluidez. Ainda, programas de educação e conscientização para evitar-se o consumo de bebidas alcoólicas no trânsito.

Um importante conceito em Psicologia do Trânsito é o de mobilidade, que infere-se tratar da capacidade das pessoas de poderem se locomover de um lugar para outro (CARDOSO, 2008). Com a crescente possibilidade de se deslocar, tanto pela diversidade de transportes como pelas novas rotas de acesso, há que se discutir de que forma essa mobilidade está acontecendo. Vasconcelos (2001) informa que as pessoas com maior renda tem a sua disposição modos de se transportar mais rápidos e assim, percorrem mais espaços do que as populações com menor renda. Para sobreviver nas metrópoles, a população urbana de baixa renda, normalmente é obrigada a fazer muitos pequenos deslocamentos com a finalidade de chegar ao destino desejado (CARDOSO, 2008).

Outro conceito importante para garantir que o trânsito aconteça de maneira satisfatória é o de acessibilidade. Entenda-se acessibilidade neste estudo como a facilidade com as pessoas conseguem chegar aos locais da cidade, levando-se em conta o tempo e o custo envolvidos (GOMIDE, 2006).

Cardoso (2008), orienta que a acessibilidade trata sobre a efetividade dos sistemas de transporte, em permitir uma conexão entre localidades separadas. A acessibilidade ao sistema público de transporte está relacionada com o quão distante estão os usuários dos seus destinos e o quanto caminham quando fazem uso de transporte coletivo, desde o ponto de origem da viagem até o ponto final de desembarque no destino que se propôs.

Quanto menos o passageiro caminhar, melhor é a sua acessibilidade ao sistema de transporte público. É preciso levar-se em conta também a qualidade do caminho a percorrer (calçadas bem cuidadas, acessíveis a pessoas com diversos tipos de dificuldades, etc).

Uma outra situação a ser levada em conta em termos de políticas públicas é, a qualidade de vida dentro do sistema de trânsito.

Vasconcelos (1985) orienta a considerar o respeito às funções de cada via, a exemplo das vias em zonas residenciais, e ao cuidado com o meio ambiente. Trata-se de promover uma compatibilização entre o uso do solo das vias públicas e o tipo e volume de tráfego permitido pelos gestores públicos. A qualidade de vida estaria então condicionada a uma necessária manutenção de todo esse sistema, de forma que funcione adequadamente, preservando e cuidando do próprio usuário, para que as condições do tráfego sejam as melhores possíveis.

É importante se discutir as políticas públicas que garantam a equidade e a qualidade dos serviços de transportes coletivos urbanos, de forma a melhorar o acesso da população e o bem estar das pessoas, em termos de transporte coletivo, individual e o trânsito, de uma maneira geral, sua fluidez e a qualidade das vias públicas.

Em resumo, os trabalhos nesta categoria sugerem que este tema seja melhor explorado e aprofundado cientificamente, para que novos projetos possam surgir com o intuito de reduzir os acidentes de trânsito e toda a realidade social e de saúde que os envolve.

Categoria 4 – Comportamento do condutor

Tabela 6 – Artigos da Categoria 4 – Comportamento do condutor (2014)

Autor / Tema	Periódico/ano	Tipo de Estudo	Amostra	Resultados
FARIAS, Athena de Albuquerque; LEMOS, Priscila Barreiros N. Direção de Risco Relacionada ao Álcool: Uma Revisão da Literatura.	Saúde Coletiva: Coletânea. 2008	Revisão da Literatura	Literatura especializada	O objetivo deste trabalho foi apontar a importância da temática da direção de risco por conta do álcool no Brasil e no mundo, através de revisão da literatura.
BEIL, Sibebe Luzia. Percepção dos fatores e situações de risco em motoristas infratores. Dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde., 2007.	Universidade Metodista SP 2007	Estudo Descritivo Qualitativo	427 Motoristas (325 masculino; 102 feminino) todos com algum tipo de infração de trânsito pontuado na CNH (média de 38 pontos)	O objetivo foi verificar a percepção de situações de acidente de trânsito por motoristas infratores com a aplicação da Escala de Percepção de Invulnerabilidade. Os resultados demonstraram que a percepção de risco está associada ao perigo em causar dano a outra pessoa ou comprometer sua segurança; Níveis elevados de ameaça implicam em estratégias de minimização do risco; Infrações tem a ver com o contexto social; Percepção do risco é muito individual, ante as expectativas mais corretas socialmente.
THIELEN, Iara Picchioni et al . Percepção de risco e velocidade: a lei e os motoristas.	Psicol. cienc. prof., 2007	Estudo Documental	Textos legais sobre limites de velocidade	Este artigo focalizou o excesso de velocidade no trânsito urbano e analisou o impacto da legislação na percepção e o comportamento de motoristas. Os textos legais apresentam ambivalências, que distorcem o conceito de limite e podem reforçar percepções inadequadas de que "correr moderadamente" não oferece risco. Isso se deve a constantes mudanças nas normativas e a confusa divulgação, que permite aos motoristas reinterpretarem a lei, identificando o que seja velocidade máxima conforme seu próprio entendimento. As placas de sinalização perdem suas funções como discriminativo e tornam-se incapazes de orientar um comportamento adequado a um trânsito seguro, potencializando os riscos. O artigo recomenda que os textos legais passem a ser inequívocos, para impedir outras interpretações.
DIAS, Maria Sara de Lima. A percepção do curso de reciclagem na visão do motorista na cidade de Curitiba.	Revista de psicologia da IMED 2013	Estudo Descritivo	118 Motoristas	A pesquisa objetivou conhecer a percepção dos condutores sobre o sistema de trânsito a partir de uma abordagem da psicologia sócio histórica. As respostas foram: dos respondentes 75% homens entre 20 e 22 anos, 70% relatam que as aulas são de muita validade e 30% percebem que o curso apesar de ser punitivo contribuiu para uma nova forma de dirigir, 74% frequentaram o curso por somatório de pontos e ainda permaneceram dirigindo enquanto participavam do mesmo. Os cursos produzem efeitos na ação de dirigir, no entanto são transitórios já que a grande maioria é reincidente.
MENDES, Ricardo. Ansiedade nos motociclistas.	Análise Psicológica,	Revisão	Literatura especializada	O futuro da prevenção de acidentes com veículos de duas rodas, deveria passar, não apenas por uma avaliação do Código sobre a Estrada e as práticas de condução, mas também por uma avaliação psicológica, onde se fizesse observasse os fatores de risco envolvidos, inclusive a

	2005			ansiedade.
HOFFMANN, Maria Helena. Comportamento do Condutor e fenômenos psicológicos.	Psicologia: Pesquisa & Trânsito 2005	Revisão	Literatura especializada	Este artigo destaca a convergência de estudos em Psicologia Social e Experimental, explicando fenômenos e processos psicológicos que afetam o condutor e a segurança viária. Evidencia abordagens sobre medidas preventivas na modificação comportamental de condutores e redução de acidentes.
RAAD, Alexandre José; CARDOZO, Aline Maria; NASCIMENTO, Marília Almeida; ALVES, Gledson Lima. A ansiedade no processo de obtenção da Carteira nacional de Habilitação.	PSIC – Revista de Psicologia da Vetor Editora 2008	Estudo Descritivo	54 Pleiteantes a CNH	Este estudo investigou a relação que a ansiedade poderia ter sobre os pleiteantes à Carteira Nacional de Habilitação. Também verificou a partir de que nível a ansiedade poderia passar a ser um fator determinante ou não para a reprovação. Os resultados evidenciaram que, na prova teórica, a aprovação ou não esteve mais associada ao nível de escolaridade.
VEIGA, Heila Magali da Silva; PASQUALI, Luiz; SILVA, Narla Ismail Akel. Questionário do comportamento do motorista – QCM: Adaptação e validação para a realidade brasileira.	Avaliação psicológica, 2009	Estudo Descritivo	504 Motoristas	O objetivo do presente estudo foi realizar uma adaptação do DBQ (Driver Behavior Questionnaire) para o Brasil. Foi aplicado a uma amostra não probabilística de 504 motoristas do Distrito Federal. A análise fatorial mostrou a existência de três fatores, mantendo-se a estrutura fatorial do estudo original. Destaca-se a relevância social deste estudo, pois o mesmo fornece dados que podem auxiliar os profissionais e psicólogos do trânsito, na obtenção de ferramentas voltadas para a área do planejamento e da educação para o trânsito.
FERREIRA, Breno de Oliveira; MENESES, Hélem Soares de. A ética aplicada à Psicologia do Trânsito.	Psicologia, 2012	Revisão	Literatura especializada	A função dos peritos do trânsito ainda está muito ligada aos resultados dos testes aplicados. Essa idéia em si é insuficiente no significado da Psicologia no trânsito; É necessária uma mudança no comportamento, bem como uma conscientização de que o espaço público, é direito de todos e deve ser utilizado de maneira igualitária.

Nesta categoria foram enquadrados nove artigos, que discutiram aspectos relacionados ao Comportamento do Condutor.

Dentro desta dimensão, os artigos trataram desde questões relativas ao uso do álcool por motoristas e os mecanismos sociais para a contenção de infrações de trânsito e acidentes associados, como excesso de velocidade; percepção dos condutores sobre trânsito seguro punição; fenômenos psicológicos que podem afetar os condutores; ansiedade em motoristas, até a conscientização dos motoristas sobre espaço público seguro.

É sabido que a elevada mortalidade por acidentes de trânsito tem representado um problema de saúde pública tanto no país como em quase todo o mundo (MELLO-JORGE et al., 1997; YUNES e RAJS, 1994). No Brasil foram 19 óbitos para cada cem mil habitantes, no primeiro quinquênio dos anos 90. Jovens, principalmente do sexo masculino, são os que mais se envolvem em acidentes de trânsito fatais (ANDRADE e JORGE, 2000; ZHANG et al., 2000).

Portanto, é de se esperar que os comportamentos no trânsito tenham sido objeto de estudo, em diversos campos do conhecimento, especialmente na Psicologia. Um estudo no Reino Unido, observou 2.130 acidentes,

sendo que 93% foram atribuídos a fatores humanos, mais 28% a fatores ambientais e finalmente 8,5% a dificuldades no veículo (OMS, 1976).

Parker et al. (1995) demonstraram haver uma tendência a acidentes que pode ser prognosticada, quando referidas pelo próprio motorista. Segundo West et al. (1993), a velocidade quando auto-referida também seria uma ferramenta que pode ser utilizada como prognóstico de envolvimento em acidentes.

Para Arnett et al. (1997), a agressividade e o descaso seriam características da personalidade que, mostraram-se associadas à altas velocidades e ao comportamento delitivo no trânsito.

No Canadá, Zhang et al. (2000) identificaram que nos jovens, a inexperiência, o pouco poder de decisão, a tendência a velocidade excessiva e as infrações se associam a acidentes fatais no trânsito. Marín e Queiroz (2000), em estudo de revisão abordaram a importância do comportamento. O consumo do álcool foi o fator mais associado aos acidentes de trânsito, como inibidor das tomadas rápidas de decisão. Os Acidentes de trânsito e suas variáveis associadas tem representado um problema social, necessitando de mais estudos a esse respeito.

Estudo levado a cabo no Brasil, destacaram uma maior frequência de acidentes de trânsito entre os homens. Também constatou a existência de diferenças sócio-econômicas estatisticamente significativas entre motoristas com historia de acidentes de trânsito anteriores. Os motoristas com maior envolvimento em acidentes pertenciam ao grupo de mais elevada renda familiar. Também observou uma maior frequência de acidentes entre motoristas habituais. O uso do cinto de segurança pareceu amplamente difundido (82,8%). Não foi observada diferença na frequência de acidentes de trânsito entre os que usam cinto de segurança e os que não usam ($p = 0,458$). Quanto à velocidade máxima, 9,9% dos motoristas referiram acelerar numa velocidade de 160km/h e até mais. Foi maior a proporção de transgressores no trânsito homens que entre as mulheres. Somente a proporção de brigas (discussões) no trânsito foi maior entre as mulheres

A Nova legislação de trânsito inclui como infração grave, dirigir sob o efeito do álcool. Além disso, há a mídia antiálcool, mostrando as repercussões sociais dos acidentes de trânsito relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas. Tal estratégia funciona como um reforço negativo, baseando-se na hipótese da censura social como inibidora de comportamentos antissociais e delitivos no trânsito. Assim, prevê-se que tal hábito seja diminuído paulatinamente.

Conclusão

Os estudos demonstraram que a produção científica na área da Psicologia do Trânsito no Brasil, ainda é bastante incipiente. Diversas são as lacunas em termos de investigações que ainda não foram abordadas. Nesse sentido, sugere-se que estudiosos promovam pesquisas, principalmente na área de avaliação psicológica, na construção de instrumentos padronizados de investigação, bem como diversos tipos de grupos amostrais.

Os resultados nos levaram a crer que há necessidade de fortalecimento de políticas públicas de trânsito. Também que os psicólogos precisam se fazer mais presentes na criação e fortalecimento de associações científicas e profissionais de Psicologia do trânsito, como importantes espaços de interlocução com a sociedade e o Governo

Federal. Por meio das associações, torna-se mais viável a reivindicação de melhores condições de trabalho para os psicólogos atuantes nas clínicas e nos órgãos ligados aos DETRANs. Há ainda pouca definição quanto a escolha dos instrumentos psicológicos utilizados na avaliação, por exemplo.

Um outro aspecto importante seria a promoção de uma maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Psicólogo do Trânsito, através do compartilhamento de suas experiências nos periódicos científicos. Dessa forma, colaborando para o aperfeiçoamento do trabalho e embasando a execução de políticas públicas para o setor. Enfim, é preciso reivindicar constantemente a atualização das resoluções, principalmente as que dizem respeito diretamente ao trabalho do psicólogo do trânsito, de forma a não prejudicar a sua autonomia e trabalho correto.

Tendo em vista os poucos estudos sobre a validade preditiva dos testes psicológicos utilizados na habilitação de motoristas, torna-se urgente um maior investimento nesta área, de maneira que se possa estabelecer relações entre determinados desempenhos nos testes e o consequente comportamento no trânsito (SILVA e ALCHIERI, 2010).

Tais estudos, implicariam em subsídio para que se favoreça a atuação do psicólogo do trânsito, na criação de novas formas de desenvolver suas intervenções, inclusive baseadas em outros modelos de atuação mais adaptados às novas tecnologias.

Outras recomendações vão no sentido da elaboração de medidas intervencionistas, não somente junto aos motoristas, mas também aos usuários mais vulneráveis no trânsito como pedestres e/ou ciclistas. A intervenção nos processos humanos implicaria na adoção de teorias e conceitos mais adaptados aos problemas do trânsito, com a finalidade de torná-lo mais seguro. Modelos cognitivo-motivacionais tem destacado o papel ativo do sujeito, sendo capazes de redefinir condutas em função do contexto, e não apenas reagindo a ele (CARBONELL et al., 1995).

Este estudo reafirma as proposições da Organização Mundial de Saúde, que dentre outras coisas, preceitua a promoção de uma melhor qualidade de vida para todos os seres humanos, sem distinção.

Referências

- ALVES JÚNIOR, Dirceu Rodrigues. Fúria no trânsito. **Diagn Tratamento**. São Paulo, 2010, V.15, N.3, P.146-7.
- ANDRADE, S. M. e MELLO-JORGE, M. H. P., Características das vítimas por acidentes de transporte terrestre em município da Região Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 2000, v.34, p.149-156.
- ARNETT, J. J. Young people's conceptions of the transition to adulthood. **Youth & Society**, 1997, v.29,p.1-23
- ÁVILA, F. A., e BENCZIK, E. B. P. Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade - TDAH: Um estudo do exame psicológico de um motorista infrator. **Revista ABRAMET**, 2005, v.22, n.45,p . 32-39.
- BALBINOT, Amanda Bifano. **Desenvolvimento e aplicação de um método de avaliação do comportamento de risco em condutores**. Programa de Pós Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002

- BARTHOLOMEU, D. Traços de personalidade e comportamentos de risco no trânsito: Um estudo correlacional. **Psicologia Argumento**, 2008, v.26, n.54, p. 193-206.
- BEIL, Sibebe Luzia. Percepção dos fatores e situações de risco em motoristas infratores. **Dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde**. Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- CALDAS G. **Novo código de trânsito brasileiro anotado**. São Paulo: Ediprax Jurídica; 1998.
- CARBONELL, E. J., BAÑULS, R., CORTÉS, M. T., e SÁIZ, E. J. El comportamiento humano en la conducción: modelos explicativos. In L. MONTORO, E. J. CARBONELL, J. SANMARTÍN e F. TORTOSA (Eds.), **Seguridad vial: del factor humano a las nuevas tecnologías** (pp. 164-201). Madrid: Síntesis, 1995.
- CARDOSO, C.E.P. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. 123f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008
- CLARKE M, OXMAN AD, editors. Handbook 'Cochrane Revisores 4.1 [atualizado junho 2000]. In: Review Manager (RevMan) [programa de computador]. Versão 4.1. Oxford, Inglaterra: The Cocharane Collaboration, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório do Seminário sobre psicologia do trânsito: em trânsito pelo Brasil**. São Paulo, 2012. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Relatorio-Seminarios-Psicologia-e-Transito-no-Brasil.pdf> Acesso em 13/02/2014.
- COOK, D.J.; MULROW, C.D. e HAYNES, R.B. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, v.126, n.5, pp.376-380, 1997.
- DAVID LH. O trauma ortopédico é uma subespecialidade?. Traduzido por Arnaldo Valdir Zumiotti. **Folha Ortop Traumatol**. 2004; 39:14-5.
- DEL TORO S, BUSSI R, DEWITT TG. Primary care pediatrics in Italy: eighteen years Of clinical care, research, and teaching under a national health service system. **Pediatrics**. v. 99, E8, 1997.
- DIAS, Maria Sara de Lima. A percepção do curso de reciclagem na visão do motorista na cidade de Curitiba. **Revista de psicologia da IMED**, Jul a Dez de 2013, v.5, n.2, p.115-120.
- FARIAS, Athena de Albuquerque; LEMOS, Priscila Barreiros N. **Direção de Risco Relacionada ao Álcool: Uma Revisão da Literatura**. SAÚDE COLETIVA: Coletânea. No.2, Novembro de 2008.
- FERREIRA, Breno de Oliveira; MENESES, Hélem Soares de. A ética aplicada á Psicologia do Trânsito. Psicologado, 2012. Disponível em < <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-do-transito/a-etica-aplicada-a-psicologia-do-transito>> Acesso em 15/04/2014.
- FILDES, B. N., RUMBOLD, G. & LEENING, A. (1991). **Speed behaviour and drivers' attitude to speeding**. Relatório nº 16, Monasch University Accident Research Centre, Victoria, Australia.
- GABANY, S. G., PLUMMER, P. e GRIGG, P. (1997). Why drivers speed: The speeding perception inventory. **Journal of Safety Research**, 1997, v.28, p. 29-36.
- GOMIDE, A. A. (2006). Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, 12, 242-250.
- GOUVEIA, Valdiney V. et al . Cenários da agressão no trânsito: a percepção que as pessoas têm de um motorista agressivo. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 13, n. 1, Mar. 2008 .
- HENNESSY, D. A., e WIESENTHAL, D. L. Gender, driver aggression, and driver violence: An applied evaluation. **Sex Roles**, 2001, 44, 661-676.

HOFFMANN, Maria Helena. Comportamento humano no trânsito: reflexões e perspectivas. In: Seminário Nacional sobre o Comportamento Humano no Trânsito. Florianópolis: **Anais do Seminário Nacional sobre o Comportamento Humano no Trânsito**. 2002

HOFFMANN, Maria Helena. Comportamento do Condutor e fenômenos psicológicos. *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, v.1, n.1, p.17-24, jul-dez, 2005.

HOFFMANN, Maria Helena; CRUZ, Roberto Moraes. Síntese histórica da psicologia do trânsito no Brasil. In: HOFFMANN, Maria Helena; CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos (Org.). **Comportamento humano no trânsito**. 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 17-29.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas**. Brasília: IPEA, 2003. [citado 2004 maio 12]. Disponível em URL: <http://www.ipea.gov.br>

KHAN KS, TER RIET G, GLANVILLE J, SOWDEN AJ, KLEIJNEN J, editores para o Centro NHS para Revisões e Difusão (CRD). **Realização de Revisões Sistemáticas de Pesquisa sobre Eficácia**. Orientação da CRD para realizando ou mandando realizar comentários. 2nd Edition. CRD Report No. 4. York: Centro NHS para Revisões e Divulgação da universidade de York, 2000.

LAHEY, B. B., MILLER, T. L., SCHWAB-STONE, M., GOODMAN, S. H., WALDMAN, I. D., CANINO, G., RATHOUZ, P. J., DENNIS, K. D., BIRD, H. e JENSEN, P. S. Age and gender differences in oppositional behavior and conduct problems: A cross-sectional household study of middle childhood and adolescence. **Journal of Abnormal Psychology**, 2000, v.109, p. 488-503.

LAMOUNIER, R., e VILLEMOR-AMARAL, A. E. (2006). Evidencias de validez para el Rorschach en el contexto de la psicología de transito. **Revista Interamericana de Psicología**, 2006, v.40, n.2, p. 167-176.

LAMOUNIER, Rossana; RUEDA, Fabián Javier Marín. Avaliação psicológica no trânsito: perspectiva dos motoristas. **Psic, São Paulo**, v. 6, n. 1, jun. 2005.

MAIDAME, Márcio Manoel. O código de trânsito brasileiro à luz dos princípios do direito do sancionador. **Jus Navigandi**, 2009. Disponível em <http://jus.com.br/revista/autor/marcio-manoel-maidame>. Acesso em 16/04/2014.

MARIN RUEDA, Fabián Javier; LAMOUNIER, Rossana. Avaliação psicológica com o PMK no contexto do trânsito. *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, v.1, n.1, p.25-32, jul-dez, 2005.

MARIN RUEDA, Fabián Javier; LAMOUNIER, Rossana. O Psicodiagnóstico Miocinético em motoristas: diferenças por gênero, escolaridade e idade. *Aval. psicol.*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, dez. 2006.

MARIN, L.; QUEIROZ, M.S. A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 7-21, jan/mar 2000

MELLO-JORGE, M. H. P.; GAWRYSZEWSKI, V. P. e LATORRE, M. R. D. D., Acidentes e violência no Brasil - Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, 1997, 31 (Sup. 4):5-25.

MENDES, Ricardo. Ansiedade nos motociclistas. *Análise Psicológica*, 2005. V.1, n 23, p.43-47

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível Prevenir a Violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: **Abrasco**. Vol. 4 (1): 7-23, 1999

MINISTÉRIO DA SAÚDE / DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. [citado 2004 maio 03]. Disponível em URL: <http://www.denatran.com.br>

MODESTO, José Fernando (Org.). **Comunicação e produção científica**. São Paulo: Angellara, 2006.

MONTAL JHC. O médico, o jovem e o trânsito: acidentes de trânsito no Brasil. **Rev Abramet São Paulo**.2001; 39:48-9.

MUGNAINI, Rogério; CARVALHO, Telma.; CAMPANATTI-OSTIZ, Heliane. **Indicadores da produção científica**: uma discussão conceitual. In: WITTER, Dinah Aguiar; SILVA, Geraldina Porto;

NASCIMENTO, Andréa dos Santos; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Álcool e direção: uma questão na agenda política brasileira. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 21, n. 2, Aug. 2009 .

OMS (Organización Mundial de la Salud), 1984. **Accidentes del Tráfico en los Países en Desarrollo**. Serie de Informes Técnicos 703. Ginebra: WHO

ONCKEN L. Violência no trânsito precisa ter fim. **Rev Assoc Paul Med São Paulo**. 2004; (545):18-9.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Alimentação infantil**: bases fisiológicas. Genebra: OMS 1989.

PARKER, D.; LAJUNEN, T. e SUMMALA, H. **Anger and Agression among in three European countries**. In: Accident Analysis and Prevention. 2002, v.34, p. 229-235.

PARKER, D.; REASON, J. T.; MANSTEAD, A. S. R. & STRADLING, S. G., 1995. Driving errors, driving violations and accident involvement. **Ergonomics**, v.38, p. 1036-1048.

RAAD, Alexandre José; CARDOZO, Aline Maria; NASCIMENTO, Marília Almeida; ALVES, Gledson Lima. A ansiedade no processo de obtenção da Carteira nacional de Habilitação. **PSIC – Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v.9, n.2, p. 245-249, jul a dez, 2008.

ROZESTRATEN, Reinier Johan. Antonius.. **A Psicologia Social e o trânsito**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 6, n. 2, 1986 .

_____. **Ambiente, trânsito e psicologia**. In: HOFFMANN, Maria Helena; CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos (Org.). Comportamento humano no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Psicologia do trânsito**: conceitos e processos básicos. São Paulo: EPU, 1988.

SAMPAIO, Maria Helena de Lemos. **Avaliação psicológica no Trânsito**: análise de desempenho de motoristas infratores, não infratores e envolvidos em acidentes. Dissertação de mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas – SP, 2012.

SAMPAIO, Maria Helena de Lemos; NAKANO, Tatiana de Cássia. Avaliação psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileiras. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 13, n. 1, 2011 .

SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e. A Psicologia do trânsito e os 50 anos de profissão no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. spe, 2012 .

_____. Validade preditiva de instrumentos psicológicos usados na avaliação psicológica de condutores. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 26, n. 4, Dec. 2010 .

SILVA, Fábio Henrique de Cristo e; GÜNTER, Hartmut. Psicologia do trânsito no Brasil: de onde veio e para onde vai?. **Temas em Psicologia**, 2009. V.17, n.1, p. 163-175

SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e. ALCHIERI, João Carlos. Avaliação psicológica da personalidade de condutores: uma revisão de literatura. **Psico-USF**, v.12, n.2, p.189-196. Jul-Dez, 2007.

SILVA, Fabíola Garcia; DAGOSTIN, Carla Giovana. A relevância de produzir conhecimento social e científico sobre o comportamento humano no trânsito. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 1, 2006.

THIELEN, Iara Picchioni et al . Percepção de risco e velocidade: a lei e os motoristas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 27, n. 4, dez. 2007 .

UZZELL, D. e MUCKLE, R. Simulating traffic engineering solutions to predict changes in driving behaviour. **Transportation Research Part F**, 2005, v.8, p. 311-329.

VALA, J. A **análise de conteúdo**. In Augusto Silva & José Madureira Pinto (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento. p. 507-535, 1986.

VASCONCELOS, E.A. **O que é o trânsito**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 92p.

_____. **Transportes urbanos, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

VEIGA, Heila Magali da Silva; PASQUALI, Luiz; SILVA, Narla Ismail Akel. Questionário do comportamento do motorista – QCM: Adaptação e validação para a realidade brasileira. **Avaliação psicológica**, 2009. V.8, n.2, p.187-196.

WHO - World Health Organization. **Global strategy for infant of young child feeding**. Geneva; 2003.

WITTER, Dinah Aguiar. **Produção científica: escalas de avaliação**. In: WITTER, Dinah Aguiar; SILVA, Geraldina Porto; MODESTO, José Fernando (Org.). Comunicação e produção científica. São Paulo: Angellara, 2006.

YUNES, J. e RAJS, D., 1994. Tendencia de la mortalidad por causas violentas en la población general y entre los adolescentes y jóvenes de la región de las Américas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, p.88-125.

ZHANG, X., M. ROMAN, A.SANFORD, H.ADOLF, C.LASCARA, AND R. BURGETT. Can an optical plankton counter produce reasonable estimates of zooplankton abundance and biovolume in water with high detritus? **J. Plankton Res.** 2000, v.22, p.137–150.



Recebido: 27/02/2015

Aceito: 09/03/2015